



EMENDA Nº _____

(à MPV 1016/2020)

A Medida Provisória n.º 1.016 de 17 de dezembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art 2º

§ 3º

I - reduza o valor original da operação de crédito, excluídos os acréscimos a qualquer título, **exceto para operações que não mais possuam garantia real vinculada e seus devedores não disponham de bens passíveis e viáveis a penhora em processo judicial.**”

.....

“Art. 3º Além das medidas de recuperação de crédito e de renegociação de dívidas dispostas no **inciso VI do caput e no § 1º do art. 15 da Lei nº 7.827, de 1989**, os bancos administradores ficam autorizados a realizar renegociações de dívidas com substituição dos encargos contratados na operação de crédito pelos encargos correntemente utilizados para contratação de nova operação.”

“Art. 5º Os Bancos Administradores ficam autorizados a ceder a empresas especializadas em cobranças de créditos inadimplidos, operações enquadradas nesta Medida Provisória, não renegociadas até dia 31/12/2021.

§ 1º O valor obtido com a cessão desta carteira deverá ser dividido entre o Banco Administrador e o Fundo Constitucional na proporção do risco de crédito assumido por cada um na data da concessão.





JUSTIFICATIVAS

O ajuste proposto no item “I”, parágrafo 3º, Art. 2º, visa o alinhamento entre a MP 1.016 e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que em seu artigo 15-D da permite liquidar dívidas pelo equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora, além de permitir em casos onde não haja patrimônio a ser arrolado o recebimento por valor em linha com as disponibilidades do mutuário.

“Lei 7.827/89 - Art. 15-D. Os administradores dos Fundos Constitucionais ficam autorizados a **liquidar dívidas pelo equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora**, observando regulamentação específica dos respectivos Conselhos Deliberativos, a qual deverá respeitar, no que couber, os critérios estabelecidos no art. 15-B.” (grifo nosso)

A sugestão proposta no “Art 3º” tem como objetivo permitir o ajuste dos encargos de todas as operações passíveis de enquadramento na legislação pela metodologia trazida pela MP 812/2017 (convertida na lei Nº 13.682, DE 19 DE JUNHO DE 2018). Trata-se da TFC (taxa de juros dos fundos constitucionais), que, dentre outras coisas, protege o patrimônio dos respectivos fundos dos impactos causados pelos movimentos inflacionários da moeda, ao mesmo tempo em que proporciona aos clientes taxas de juros mais competitivas.

Por fim, a inclusão do “Art. 5º” objetiva trazer o mesmo mecanismo utilizado nas operações do FGO PRONAMPE para as operações enquadradas nesta MP.

O FGO-PRONAMPE, prevê em seu estatuto prevê a realização de leilões dos créditos não recuperados. Vejamos:

“DOS LEILÕES

Art. 28. Todos os créditos honrados eventualmente ainda não recuperados serão leiloados pelas instituições participantes, em até dezoito meses após o período de amortização da última parcela passível de vencimento no âmbito do referido programa, observadas as condições estabelecidas no estatuto do fundo.





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

Art. 29. Os créditos não arrematados deverão ser novamente oferecidos em leilão, dentro do prazo do art. 28, podendo ser alienados a quem oferecer o maior lance, independente

do valor de avaliação.

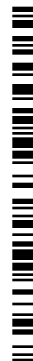
Art. 30. Após o decurso do prazo previsto no art. 28 para todas as Instituições Participantes, o patrimônio segregado no Fundo para o PRONAMPE será liquidado no prazo de até doze meses.

Art. 31. Os procedimentos operacionais para o leilão da carteira de operações serão definidos pelo Administrador e executados e custeados pelas respectivas Instituições Participantes.”

Sala da Sessão, de de 2020

Senador Zequinha Marinho

(PSC - PA)



SF/20656.16045-96